

COORDENADORES

Frederico Rafael Martins de Almeida
Rafael Antônio Costa
Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues

ORGANIZADORES

Patrícia Gasparro Sevilha Greco
Jaime Nunes Filho
Paulo Orgel Sá

PROPAGANDA E PESQUISA ELEITORAL

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS

AUTORES

Adwilhans Luciano de Souza
Alexandre Basílio Coura
Ana Lúcia Germano Costa
Ana Paula Moura Crevelaro
André Aguiar Paes Leme
Bruno de Toledo Beligni Azzolini
Camila Franciaine Simões
Cristiane Camila Bonacin Garcia
Daniel Galuch Junior
Daniel Sanches Ognibene
Daniela Lumiko Nishio Toyohara Yuyama
Eduardo Soares Bonfim
Elaine Soares
Frederico Rafael Martins de Almeida

Fujie Kawasaki
Jaime Nunes Filho
José Leonardo Mano Pereira
Lara Nunes Priante
Leandro José de Souza
Maurício Pires da Costa
Patrícia Gasparro Sevilha Greco
Paulo Orgel Sá
Rafael Antônio Costa
Shalimar Wassilevski
Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues
Thiago Paiva dos Santos
Valdir Teodoro da Silva
Vitor Hugo Pires

1ª Edição - Curitiba - 2020

Instituto Memória Editora

CENTRO DE ESTUDOS DA CONTEMPORANEIDADE

SUMÁRIO

Capítulo 1

PROPAGANDA POLÍTICA

1.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	19
1.2	ESPÉCIES	19
1.2.1	Propaganda Intrapartidária	19
1.2.2	Propaganda Partidária	20
1.2.3	Propaganda Institucional	21
1.2.4	Propaganda Eleitoral	21
1.3	PRINCÍPIOS DA PROPAGANDA ELEITORAL	22
1.3.1	Legalidade	22
1.3.2	Liberdade	24
1.3.3	Igualdade	24
1.3.4	Responsabilidade	25
1.3.5	Controle Judicial	26

Capítulo 2

PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA

2.1	CONCEITOS	27
2.2	O ART. 36-A DA LEI DAS ELEIÇÕES	28
2.2.1	Participação em Programas nos Meios de Comunicação Social	29
2.2.2	Realização de Encontros, Seminários ou Congressos ..	30
2.2.3	Realização de Prévias Partidárias e sua Divulgação	31
2.2.4	Divulgação de Atos e Atuação Parlamentar	32
2.2.5	Manifestação em Redes Sociais	33
2.2.6	Realização de Reuniões Para Divulgar Ideias, Objetivos e Propostas Partidárias	34



2.2.7	Pedido de Apoio Político e Divulgação da Pré-Candidatura	34
2.3	CONVOCAÇÃO DAS REDES DE RÁDIO-DIFUSÃO	35
2.4	OUTROS CASOS	35
2.4.1	Mensagens de Felicitação e Agradecimento	35
2.4.2	Distribuição de Brindes	36
2.4.3	Adesivos em Carros	36
2.4.4	Promoção Pessoal em Bens Particulares	38
2.4.5	Crítica Política e Propaganda Negativa	39
2.5	PENALIDADE	40

Capítulo 3

PROPAGANDA ELEITORAL EM GERAL

3.1	CONCEITO	42
3.2	REGRAS GERAIS	42
3.2.1	Período	42
3.2.2	Responsabilidade Solidária	43
3.2.3	Língua Nacional	44
3.2.4	Legenda Partidária e Denominação da Coligação	45
3.2.5	Nome do Candidato a Vice ou a Suplente	46
3.3	VEDAÇÕES GERAIS	46
3.4	CABOS ELEITORAIS	48
3.5	PROPAGANDA NAS SEDES DOS PARTIDOS	50
3.6	PROPAGANDA EM BENS PÚBLICOS E DE USO COMUM	51
3.7	PROPAGANDA EM BENS PARTICULARES	54
3.8	PROPAGANDA EM ÁRVORES, JARDINS, MUROS E TAPUMES DIVISÓRIOS	55
3.9	PROPAGANDA AO LONGO DAS VIAS PÚBLICAS	56
3.10	DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS, ADESIVOS, VOLANTES E OUTROS IMPRESSOS	57
3.11	COMÍCIOS, SHOWMÍCIOS, EVENTOS E ASSEMELHADOS	58



3.12	DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES, BENS OU VANTAGENS ...	60
3.13	PROPAGANDA MEDIANTE OUTDOORS	60
3.14	CAMINHADA, CARREATA E PASSEATA	61
3.15	AUTO-FALANTE, CARRO DE SOM, MINITRIO E TRIO ELÉTRICO	62
3.16	TELEMARKETING	63
3.17	PROPAGANDA ELEITORAL NO DIA DAS ELEIÇÕES	64

Capítulo 4

PROPAGANDA ELEITORAL NA IMPRENSA ESCRITA

4.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	66
4.2	PROPAGANDA PAGA	67

Capítulo 5

PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TELEVISÃO

5.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	69
5.2	PROGRAMAÇÃO NORMAL	70
5.3	DEBATES ELEITORAIS	72
5.4	HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO	73
5.4.1	Horário Eleitoral do Candidato a Prefeito	74
5.4.2	Horário Eleitoral do Vereador	75
5.5	INSTRUÇÕES GERAIS PARA PARTIDOS, COLIGAÇÕES E IMPRENSA	76
5.6	PLANO DE MÍDIA	77
5.7	DISPOSIÇÕES RELEVANTES DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.610/2019 ACERCA DO TEMA	78

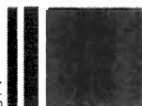
Capítulo 6

PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET

6.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	81
-----	----------------------------	----



6.2	FORMAS PERMITIDAS	82
6.2.1	Sítio do Candidato, do Partido ou da Coligação	84
6.2.2	Mensagem Eletrônica	86
6.2.3	Blogs, Redes Sociais e Sítios de Mensagens Instantâneas	87
6.2.4	Reprodução na Internet de Jornal Impresso	88
6.3	VEDAÇÕES	88
6.3.1	Propaganda Paga	88
6.3.2	Propaganda em Sites de Pessoas Jurídicas	89
6.3.3	Vedação ao Anonimato	90
6.3.4	Cadastro Eletrônico de Clientes	91
6.3.5	Atribuição de Autoria a Terceiro	91
6.4	IMPULSIONAMENTO	91
6.5	DISPARO EM MASSA	101
6.6	DA REMOÇÃO DO CONTEÚDO DA INTERNET E DAS FAKE NEWS	105
6.6.1	Noções Básicas	105
6.6.2	Identificação de Desinformação	112
6.6.3	Influência Digital, Perfil e Conta Falsa e Automatização	114
6.6.4	Outras Formas de Desinformação	122
6.6.5	Da Atuação Jurisdicional	123
6.6.5.1	Da Suspensão do Conteúdo	132
6.6.6	Formas Não Convencionais de Atuação Judicial	133
6.6.7	Requisição Judicial Dados e Registros e do Pedido Extrajudicial de Preservação de Registros	135
6.6.8	Outros Meios e Formas de Combate à Desinformação	138
6.9	DISPOSIÇÕES PENAIS	140
6.9.1	Disposições Penais na Lei 4.737/65 (Código Eleitoral)	140
6.9.2	Disposições Penais na Lei 9.504/97 (Lei das Eleições)	141
6.10	RESPONSABILIZAÇÃO DO PROVEDOR	143



Capítulo 7

PODER DE POLÍCIA DO JUIZ ELEITORAL

7.1	CONCEITO E PREVISÃO LEGAL	144
7.2	MEIOS DE ATUAÇÃO	146
7.3	LIMITES AO PODER DE POLÍCIA	149
7.4	PODER DE POLÍCIA EM BENS PARTICULARES	150
7.5	PODER DE POLÍCIA NA INTERNET	151
7.6	PODER DE POLÍCIA E ENQUETES	152
7.7	RECURSOS	152
7.8	INOVAÇÃO PENAL	153

Capítulo 8

AÇÃO PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE RESPOSTA

8.1	CABIMENTO	154
8.2	COMPETÊNCIA	155
8.3	LEGITIMIDADE ATIVA	156
8.4	LEGITIMIDADE PASSIVA	156
8.5	PRAZOS	157
8.6	PROCEDIMENTO	157

Capítulo 9

REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA IRREGULAR

9.1	CABIMENTO	161
9.2	COMPETÊNCIA	166
9.3	PETIÇÃO INICIAL	167
9.4	AUTUAÇÃO	167
9.5	LEGITIMIDADE ATIVA	168
9.6	PRAZOS	168
9.7	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	169
9.8	LEGITIMIDADE PASSIVA	170



9.9	AJUIZAMENTO - MOMENTO	171
9.10	PROCEDIMENTO	172
9.11	DECISÃO	174
9.12	RECURSO	174

Capítulo 10

PESQUISAS ELEITORAIS

10.1	CONCEITO	175
10.2	PREVISÃO LEGAL	176
10.3	DIFERENÇA ENTRE PESQUISA ELEITORAL E ENQUETE	176
10.4	EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NAS ENQUETES	178
10.5	DISPOSIÇÕES GERAIS	178
10.6	REGISTRO DE PESQUISAS ELEITORAIS (PESQUELE)	180
10.7	DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	181
10.8	ACESSO AO SISTEMA INTERNO DE CONTROLE	181
10.9	IMPUGNAÇÕES	183
10.10	DA SANÇÃO PECUNIÁRIA	184
10.11	DISPOSIÇÕES PENAIS	184
10.12	DISPOSIÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS		187